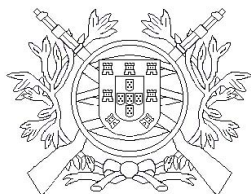


# Federação Portuguesa de Tiro

Instituição de Utilidade Pública por Decreto de 14/10/1929  
Instituição de Utilidade Pública Desportiva (DR 288, de 11/12/93)  
Oficial da Ordem Militar de Cristo  
Medalha de Educação Física e Bons Serviços



## Regulamento de BR 50 - WBSF 2023



# Federação Portuguesa de Tiro

Instituição de Utilidade Pública por Decreto de 14/10/1929  
Instituição de Utilidade Pública Desportiva (DR 288, de 11/12/93)  
Oficial da Ordem Militar de Cristo  
Medalha de Educação Física e Bons Serviços

## **Artigo 1º** **Âmbito do Regulamento**

O presente Regulamento estabelece as regras das competições da disciplina de Benchrest para carabina de calibre .22 Long Rifle na categoria WBSF.

## **Artigo 2º** **Quadro Competitivo**

1. O quadro competitivo da disciplina de BR50, WBSF integrado no Calendário Oficial da FPT, comporta as seguintes provas:

- a) Taça de Portugal, composta por duas provas;
- b) Outras provas de iniciativa da Federação Portuguesa de Tiro;
- c) Provas da iniciativa das Associações Regionais;
- d) Provas da iniciativa dos Clubes.

2. As provas do quadro competitivo da disciplina de BR50 WBSF da FPT decorrerão segundo as regras da WBSF (categoria Rimfire), nos termos definidos no presente regulamento.

3. Nas provas poderá haver uma classificação final individual e por equipas.

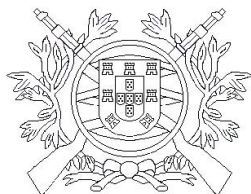
## **Artigo 3º** **Atletas admitidos**

Nas provas de BR50 WBSF são admitidos exclusivamente Atletas de Tiro Desportivo detentores de Licença de Tiro Desportivo e da atinente Licença Federativa.

## **Artigo 4º** **Armas e munições permitidas**

1. Nas Provas de BR50 WBSF podem ser utilizadas carabinas monotiro, de repetição e semi-automáticas de calibre .22lr.

2. Nas Provas de BR50 WBSF as munições devem ter projectil de chumbo macio, não encamisado nem expansivo, e ser de produção corrente.



# Federação Portuguesa de Tiro

Instituição de Utilidade Pública por Decreto de 14/10/1929  
Instituição de Utilidade Pública Desportiva (DR 288, de 11/12/93)  
Oficial da Ordem Militar de Cristo  
Medalha de Educação Física e Bons Serviços

## Artigo 5º

### Especificações das carabinas

1. As carabinas a utilizar nas provas de Benchrest WBSF devem obedecer às seguintes especificações:

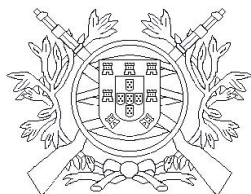
- a) Carabina com peso total até 6,35 kg (14 Lbs);
- b) São permitidos compensadores e estabilizadores de tiro que visem atenuar ou eliminar vibrações, mas estes serão incluídos no peso total da arma;
- c) Pode ser utilizada qualquer mira, não existindo limite de aumentos;
- d) Só são permitidos gatilhos mecânicos, mas é permitido trabalhar ou substituir o mecanismo de gatilho;
- e) A coronha deve ser de tipo convencional e a largura do fuste no seu ponto mais largo não pode ser superior a 76,20mm (setenta e seis milímetros e vinte centésimas – 3”);
- f) É permitido o uso de películas de material deslizante coladas na coronha.

2. No peso total da carabina considera-se o peso da mira, do carregador e de todos os outros acessórios que a equipem.

## Artigo 6º

### Apoios Mecânicos e sacos de areia

1. O apoio frontal ajustável não tem restrições quer na sua forma e peso, quer no material utilizado e deverá suportar a parte da frente da carabina (fuste). Pode ter afinação e regulação nos seus eixos vertical e horizontal. No seu topo terá que ter obrigatoriamente um saco cheio com areia mineral não metálica (doravante “areia”), são também aceites apoios frontais compostos por múltiplos sacos desde que contenham “areia”. Ver **Anexo C**. Não pode estar fixo à bancada de tiro por nenhum meio, nem será admitido nenhum tipo de mecanismo ou apoio que retarde, amortença ou impeça o recuo da arma aquando do seu disparo.



# Federação Portuguesa de Tiro

Instituição de Utilidade Pública por Decreto de 14/10/1929  
Instituição de Utilidade Pública Desportiva (DR 288, de 11/12/93)  
Oficial da Ordem Militar de Cristo  
Medalha de Educação Física e Bons Serviços

Quando não for obrigatório é aconselhável a colocação de peças na zona de ligação do apoio à mesa que a protejam de riscos ou furos provocados pela configuração em bico típica dos sistemas de ajuste, vulgarmente apelidadas de “bolachas”.

2. O saco de “areia” do apoio frontal deverá ter uma largura mínima de 12,7 mm (1/2”) em toda a sua extensão e ser compressível manualmente.

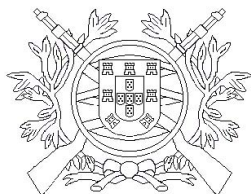
3. O apoio traseiro deverá ser um saco de “areia” sem qualquer tipo de regulação ou mecanismo de ajuste, não pode estar fixo à bancada de tiro por nenhum meio e deverá suportar a parte traseira da carabina (coronha). Não é admitido nenhum tipo de mecanismo ou apoio que retarde, amorteaça, ou impeça o recuo da arma quando esta dispara. Contudo, e em caso de necessidade de ajuste em altura, poderá ser colocado por baixo do saco traseiro uma placa de madeira ou sola (desde que não forrada), com o formato semelhante à base do apoio traseiro - sem qualquer tipo de encaixe nem regulação, não podendo igualmente esta placa estar fixa ao saco traseiro ou à bancada.

4. Os sacos de “areia” têm de ser manufacturados em pele ou em pano (i.e. cordura), que sejam flexíveis, com uma espessura máxima de três milímetros (3 mm) em toda a sua superfície. Exceptuando a sua base, não são admitidos sacos em sola, madeira, material plástico ou outro material, mesmo que forrados a pele. Deverão ser cheios com um granulado mineral não metálico e, exceptuando a base, compressíveis com um dedo em toda a sua superfície (no presente regulamento denominado por “areia”). Podem ser utilizados materiais anti-deslizantes entre os sacos de areia (ou bases) e a bancada (i.e. pó de giz) bem como compostos deslizantes entre os sacos de areia e a carabina (i.e. pó talco, spray ou fita de teflon) para promover um movimento mais suave da arma.

5. A carabina deverá estar na bancada apontada para o alvo apenas apoiada nos dois sacos de “areia” anteriormente descritos, e a ponta do cano, tuner ou tubo ultrapasse o limite da bancada.

6. Os apoios da frente e traseiro não podem estar interligados entre si, nem presos à arma, de modo a que, ao levantar a carabina na vertical esta se solte livremente e os apoios não venham, de modo algum, agarrados à carabina.

7. O atleta pode, se desejar, ter apoios para o cotovelo ou antebraço.



# Federação Portuguesa de Tiro

Instituição de Utilidade Pública por Decreto de 14/10/1929  
Instituição de Utilidade Pública Desportiva (DR 288, de 11/12/93)  
Oficial da Ordem Militar de Cristo  
Medalha de Educação Física e Bons Serviços

## Artigo 7º

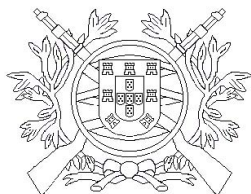
### Bandeirolas de Vento

1. Podem ser utilizadas bandeirolas de vento desde que:
  - a) Não excedam a linha imaginária entre o tampo da bancada e o limite inferior da linha do alvo;
  - b) O número máximo total de bandeirolas e/ou outros indicadores de vento é de 9 (nove) postes/tripés por linha, podendo estes conter mais do que 1 (um) indicador, ainda que a mesma seja partilhada por vários atletas;
  - c) Não estejam na linha de fogo de outro atleta;
  - d) Podem ser corrigidas ou movidas para outra linha, entre o final de uma entrada e o início da seguinte. Cabendo à organização incorporar um período de 15 a 20 min entre entradas.
2. Em caso de não cumprimento do descrito, o árbitro de Prova retirará as bandeirolas do atleta infractor, deitando-as no terreno.
3. Não são admitidos equipamentos electrónicos de medição da velocidade e direcção do vento.

## Artigo 8º

### Regras gerais das competições

1. A modalidade Benchrest é praticada na posição sentada, com carabina cal. .22LR com mira telescópica, apoiada em bancada apropriada e apoios específicos, a uma distância de 50 metros.
2. As carabinas deverão estar sempre em condições de segurança, com a culatra retirada ou com um bloqueador visível de cor amarela (yellow safety flag) no caso de carabinas em que não seja possível retirar a culatra, excepto no decurso das provas em que participem, nos períodos entre as vozes “Introduzir culatra/retirar bloqueador (safety flag)” e “Final da prova” ou “Alto ao fogo”. A não observância desta norma implica a imediata desqualificação da prova.



# Federação Portuguesa de Tiro

Instituição de Utilidade Pública por Decreto de 14/10/1929  
Instituição de Utilidade Pública Desportiva (DR 288, de 11/12/93)  
Oficial da Ordem Militar de Cristo  
Medalha de Educação Física e Bons Serviços

3. Todas as verificações de peso das carabinas serão sempre efectuadas antes do início da prova, conforme **Anexo B**.

4. O atleta pode utilizar um óculo de tiro montado num suporte adequado para melhor visualizar os seus impactos no alvo.

5. É permitido ao atleta utilizar o seu próprio banco para se sentar.

6. Não é permitido ao atleta utilizar a sua própria bancada.

7. É excepcionalmente permitido ao atleta trocar de carabina (dentro da mesma categoria) durante a prova, em caso de avaria comprovada, especialmente se essa avaria colocar em risco a segurança e for considerada perigosa. O atleta deverá participar ao árbitro de Prova, que decidirá se autoriza ou não a troca. Não é dado nenhum desconto de tempo ao atleta. Ver **Anexo B ponto 7**.

8. Não é permitido ao atleta fazer ajustes nos estabilizadores e compensadores de tiro durante a prova.

9. Não é permitido ao atleta sair da bancada de tiro, nem levantar o equipamento da bancada antes do fim da prova, sob pena de desclassificação, salvo quando autorizado pelo árbitro de Prova.

10. Não é permitido aos atletas ter qualquer ajuda de treinadores ou terceiros durante o decorrer da prova.

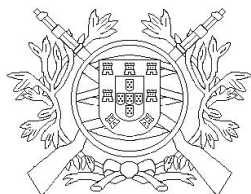
11. Não é permitido qualquer tipo de conversa ou ruído alto, em redor da linha de tiro, para não incomodar e/ou desconcentrar os atletas em prova.

12. O atleta não pode limpar o cano da carabina no decorrer da sua prova, mesmo que esta se encontre interrompida.

13. É da responsabilidade do atleta verificar se o alvo está assinado pelo árbitro de Prova, após o mesmo ser afixado.

14. A colocação das carabinas em cima da bancada de tiro deve ser feita em condições de segurança, conforme definido neste regulamento.

15. Todas as provas de BR50 WBSF são realizadas em bancadas de sólida construção, iguais e apropriadas à modalidade, que serão disponibilizadas pela organização.



# Federação Portuguesa de Tiro

Instituição de Utilidade Pública por Decreto de 14/10/1929  
Instituição de Utilidade Pública Desportiva (DR 288, de 11/12/93)  
Oficial da Ordem Militar de Cristo  
Medalha de Educação Física e Bons Serviços

16. Sem prejuízo do disposto no n.º 5, o banco ou cadeira disponibilizados pela organização terá de preferência regulação em altura e será adequado para que o atleta se sente e adopte uma posição confortável.

17. É da responsabilidade da organização da prova indicar e informar os atletas a zona onde é permitido proceder à limpeza das armas.

## Artigo 9º

### Procedimentos da Prova

1. Antes de cada entrada, o árbitro nomeado pelo Conselho Arbitragem explicará os procedimentos que darão início e fim à prova, bem como os procedimentos de interrupção.

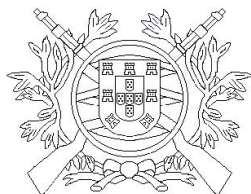
2. As provas desenvolvem-se em módulos de 3 cartões, que constituem um agregado. Provas que decorram em dois dias terão um agregado por dia e um agregado global. São utilizados alvos do modelo WBSF que constam do **Anexo A** deste regulamento.

3. O tempo de prova será de 20 (vinte) minutos, antecedidos por um mínimo de quinze minutos que serão utilizados para a retirada do equipamento dos atletas que concluíram a entrada anterior e simultaneamente para a colocação dos equipamentos dos atletas que irão efectuar a entrada seguinte.

4. A composição de cada entrada e as respectivas linhas serão definidas na terça-feira imediatamente anterior ao dia da realização da prova, tendo em atenção o disposto nos n.º 5 e 6 deste artigo.

5. É obrigatória a utilização de um sistema rotativo de linhas para as 3 entradas que constituem a prova de cada atleta. Na definição das linhas para as entradas de cada atleta dever-se-á procurar que o atleta faça a sua 3ª entrada na linha mais distante possível da 1ª entrada (com a 2ª entrada numa linha intermédia). Nas provas que decorram em mais do que um dia dever-se-á ter esse facto em conta na definição das linhas de cada entrada, por forma a que nenhum atleta repita linhas.





# Federação Portuguesa de Tiro

Instituição de Utilidade Pública por Decreto de 14/10/1929  
Instituição de Utilidade Pública Desportiva (DR 288, de 11/12/93)  
Oficial da Ordem Militar de Cristo  
Medalha de Educação Física e Bons Serviços

6. As bandeirolas de vento são tipicamente colocadas antes do início de cada entrada. No entanto, podem ser movidas para outra linha ou reguladas aquando da troca de alvos entre as várias entradas da prova.

7. As provas decorrerão numa classe única.

8. A ordem de tiro nos 25 (vinte e cinco) alvos é aleatória. O atleta pode utilizar o conjunto dos alvos de ensaio para ajustamentos no decorrer da prova, sem limite de impactos.

9. Sempre que durante a prova seja dada a ordem de “ALTO AO FOGO” todos os atletas têm de interromper o tiro. Se existir munição por disparar, o atleta deve retirá-la da câmara, retirar o carregador e as munições do seu interior, retirar a culatra; se a carabina for de mecanismo semi-automático ou uma carabina cuja configuração de coronha não permita retirar a culatra, esta deve estar aberta e tem de ser utilizado um bloqueador (*safety flag*) para que se visualize a sua condição de “em segurança”. O cronómetro será parado. A prova só será retomada após autorização do árbitro de Prova.

10. Se o atleta efectuar um disparo após a ordem de “ALTO AO FOGO” será desclassificado.

## Artigo 10º

### Pontuações

1. Sempre que o projectil toque a linha de separação entre pontuações, será atribuída a pontuação de mais alto valor, de acordo com a seguinte tabela:

X Pontos – Sempre que o projectil toque no *dot* no centro do alvo

10 Pontos – Sempre que o projectil toque o círculo do 10.

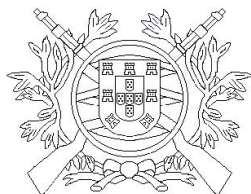
9 Pontos – Sempre que o projectil toque o círculo do 9.

E sucessivamente para os restantes círculos.

São atribuídos 0 Pontos a qualquer tiro que esteja fora e não toque no círculo do 3.

2. O gabarito a utilizar no BR50 WBSF é o de calibre .22Lr com 5,59mm (0.220 centésimas de polegada +/- 0.0005) para pontuar os acertos.





# Federação Portuguesa de Tiro

Instituição de Utilidade Pública por Decreto de 14/10/1929  
Instituição de Utilidade Pública Desportiva (DR 288, de 11/12/93)  
Oficial da Ordem Militar de Cristo  
Medalha de Educação Física e Bons Serviços

## Artigo 11º

### Casos Particulares

1. PRIMEIRO TIRO ERRADO - Se, sem intenção do atleta, o primeiro impacto acertar fora da caixa de alvos de ensaio, antes de dar o segundo tiro, o atleta deve informar o árbitro de Prova, que visualiza e anota a localização do tiro. Este não contará nem o atleta será penalizado.

2. IMPACTOS ENTRE CAIXAS - Se um impacto estiver entre caixas de alvos, este pertence à caixa que contiver a maior percentagem do mesmo.

3. MÚLTIPLOS IMPACTOS - Se existir mais de um impacto na caixa de alvo, o atleta será penalizado, recebendo o menor resultado dessa caixa menos um ponto por cada impacto a mais.

4. Sempre que existam mais de 25 (vinte e cinco) impactos na folha de alvos será dada a pontuação de 0 (zero) pontos a cada impacto adicional, desde que não toque nas caixas. Caso contrário, será aplicado o número 3 (três) do presente Artigo.

5. ALVOS - Sempre que um ou mais alvos se soltem total ou parcialmente durante o decorrer de uma entrada, esta continuará até ao final. Após repostos os alvos, o árbitro dará então tempo extra ao(s) atleta(s) em causa para que complete(m) a sua entrada antes de prosseguir com a competição;

a) Em caso de perda ou desaparecimento de um alvo, será atribuído ao atleta a pontuação pela média obtida nos restantes alvos do dia;

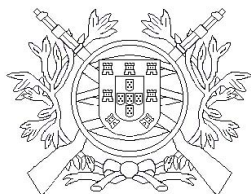
b) Cabe à organização da prova assegurar a boa fixação de todos os alvos, protegendo-os e fixando-os de modo a que as condições atmosféricas não afectem os mesmos.

## Artigo 12º

### Resultados e Desempates

1. O atleta que somar mais pontos nos três cartões do agregado ganha, existindo um agregado total nas provas de mais do que um dia.

2. Em caso de igualdade de pontuação, ganha o atleta que tiver mais número de X.



# Federação Portuguesa de Tiro

Instituição de Utilidade Pública por Decreto de 14/10/1929  
Instituição de Utilidade Pública Desportiva (DR 288, de 11/12/93)  
Oficial da Ordem Militar de Cristo  
Medalha de Educação Física e Bons Serviços

3. Em caso de se continuar a verificar uma situação de empate, ela será registada como tal se não corresponder a um lugar premiado. Caso o empate corresponda a um lugar premiado aplica-se o número seguinte.

4. Nas situações de empates nos agregados que dêem direito a prémio, aplicar-se-á o sistema “Shoot-off”, correspondente a séries sucessivas de 5 tiros até que a situação de empate seja resolvida. Em cada série os alvos são avaliados *in loco*, visualmente ou com *gabarit*.

## Artigo 13º

### Procedimentos para Fogo Cruzado

1. É da responsabilidade do atleta que provocou o fogo cruzado, acusar-se de imediato ao árbitro de Prova. A pontuação desses impactos será anotada e atribuída ao atleta que provocou o fogo cruzado, continuando este a prova, no seu alvo. No final, essa pontuação será transferida para o alvo correcto e incluída na pontuação.

2. O atleta que provocou os impactos cruzados será penalizado em 5 (cinco) pontos.

3. O atleta que recebeu o impacto cruzado continuará a sua prova, no seu alvo, tendo, no entanto, de atirar nos alvos que foram objecto de fogo cruzado.

4. O atleta que recebeu um impacto cruzado é também obrigado a participar ao árbitro de Prova, sob pena de ser desclassificado.

5. Na impossibilidade de identificar qual é o impacto cruzado, o atleta lesado ficará com o de maior valor.

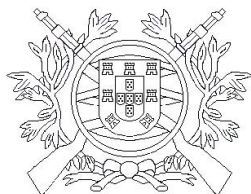
6. Não serão dados tempos adicionais à prova em situações de fogo cruzado.

7. Qualquer atleta que provoque, ou que seja lesado por fogo cruzado, e não o comunique ao árbitro de Prova, será desclassificado.

## Artigo 14º

### Validação de Resultados e Protestos

1. A classificação dos alvos poderá ser feita por dois delegados que não compitam na presente prova. Após serem validados pelo árbitro da prova, os alvos classificados são afixados ou expostos, tornando-se válidos decorridos 30 (trinta) minutos.



# Federação Portuguesa de Tiro

Instituição de Utilidade Pública por Decreto de 14/10/1929  
Instituição de Utilidade Pública Desportiva (DR 288, de 11/12/93)  
Oficial da Ordem Militar de Cristo  
Medalha de Educação Física e Bons Serviços

2. Se algum atleta remover um alvo afixado ou exposto antes do mesmo se tornar válido, será desclassificado.

3. Os atletas podem protestar a classificação dos alvos com argumentos justificativos, durante os primeiros 30 (trinta) minutos em que os mesmos estão afixados ou expostos.

a) Erro óbvio: caso o atleta verifique um **erro óbvio** na classificação do seu alvo, deverá dirigir-se ao árbitro de Prova, para que o mesmo seja corrigido.

b) O atleta poderá ainda e sempre protestar em documento próprio e mediante o pagamento de uma taxa de €25 (vinte e cinco euros), que será devolvida caso os seus fundamentos sejam aceites.

## Artigo 15º

### Normas para o Árbitro de Prova

1. O árbitro de Prova deverá verificar, antes do início da prova, se estão reunidas todas as condições para que esta se inicie.

2. O árbitro de Prova, após os alvos e as bandeirolas de vento serem colocadas, faz a apresentação da Prova e dá as vozes de comando conforme especificado de seguida:

a) Esta é a entrada ..... da .... série;

b) Atletas prontos;

c) Os atletas têm 20 minutos para completarem esta entrada;

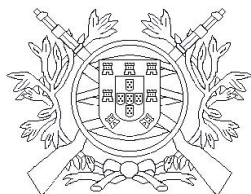
d) Introduzir culatras / retirar bloqueador (safety flag);

e) “INÍCIO AGORA”. Sinal acústico;

f) O árbitro de Prova informa os atletas do tempo de prova decorrido, aos 10 minutos depois do seu início. E antes do seu final, a 2 (dois) minutos, a 1 (um) minuto, a trinta segundos e a 5 segundos;

g) ALTO AO FOGO, sinal sonoro. Final de prova, retirar culatras e/ou introduzir bloqueador.

3. Qualquer disparo fora do tempo de prova implica a desclassificação do atleta.



# Federação Portuguesa de Tiro

Instituição de Utilidade Pública por Decreto de 14/10/1929  
Instituição de Utilidade Pública Desportiva (DR 288, de 11/12/93)  
Oficial da Ordem Militar de Cristo  
Medalha de Educação Física e Bons Serviços

4. O árbitro de Prova pode desclassificar qualquer atleta que não cumpra com os regulamentos ou viole as normas de segurança.

5. O árbitro de Prova nomeia elementos do Clube organizador ou outros elementos credenciados (Delegados de Prova), que têm por função, para além de garantirem o normal funcionamento da prova, a análise de protestos, as inspeções técnicas e o registo de anomalias no decorrer da prova.

6. O árbitro e Delegados de Prova são os responsáveis pelas inspeções técnicas.

7. Os Delegados de Prova podem também ser atletas.

8. O árbitro de Prova deve assinar os alvos no final da classificação dos mesmos.

9. O árbitro e delegados de Prova reúnem-se e analisam quaisquer protestos e, após a deliberação final, a mesma deve ser assinada por todos. Não há recurso desta decisão.

## Artigo 16º

### Interrupções ou Paragem da Prova

A prova pode ser interrompida nas seguintes situações:

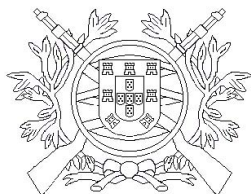
a) No caso de uma emergência que ponha em causa a segurança;

Antes de se retomar novamente a prova, são dados 5 (cinco) minutos de preparação.

b) Se existirem bandeiras de vento de algum atleta que estejam na trajectória de tiro de outro atleta, após ter recebido um protesto deste último. Neste caso, deverá ordenar “ALTO AO FOGO”, parando o cronómetro para corrigir a situação. O árbitro dirige-se à bandeira, retira-a e deita-a no chão. A prova é depois retomada;

c) O árbitro de Prova pode interromper a prova em caso de intempérie, parando o cronómetro, podendo a mesma ser retomada dentro dos 30 (trinta) minutos seguintes, se existirem condições para tal. Antes de se retomar novamente a prova, são dados 5 (cinco) minutos de preparação.

Caso se continuem a verificar condições adversas, a prova será adiada para uma nova data.



# Federação Portuguesa de Tiro

Instituição de Utilidade Pública por Decreto de 14/10/1929  
Instituição de Utilidade Pública Desportiva (DR 288, de 11/12/93)  
Oficial da Ordem Militar de Cristo  
Medalha de Educação Física e Bons Serviços

## Artigo 17º

### Vencedor da Taça de Portugal

1. O vencedor da “Taça de Portugal” será o atleta que tenha obtido a pontuação mais alta no agregado de 3 (três) alvos numa das duas provas.

A equipa vencedora da “Taça de Portugal” será um conjunto único num único dia, de três atletas inscritos “por equipa”, cujo somatório das melhores pontuações obtidas colectivamente numa das duas provas, seja o mais alto.

2. A classificação dos demais atletas individualmente e “por equipa” será por ordem decrescente de pontuação relativamente ao(s) vencedor(es).

## Artigo 18º

### Prémios

3. Nas provas da categoria BR50 WBSF são atribuídos os seguintes prémios:

a) Individuais (por categoria)

1º. Classificado - Medalha Dourada;

2º. Classificado - Medalha Prateada;

3º. Classificado - Medalha Bronzeada.

b) Por Equipas:

1ª. Equipa – Medalha dourada ou troféu para o Clube;

2ª. Equipa – Medalha prateada ou troféu para o Clube;

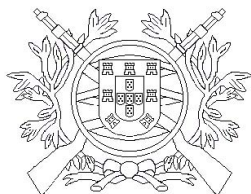
3ª. Equipa – Medalha bronzeada ou troféu para o Clube.

## Artigo 19º

### Máximos Nacionais

1. Contam para a obtenção de Máximos Nacionais as provas da Taça de Portugal, e as provas internacionais em que a participação seja feita através da FPT.

2. Máximo Nacionais – considera-se o melhor agregado de 3 cartões dum único dia, e a respectiva soma dos X obtidos. Para os máximos colectivos serão contabilizados os agregados dum único dia dos 3 elementos de cada equipa.



# Federação Portuguesa de Tiro

Instituição de Utilidade Pública por Decreto de 14/10/1929  
Instituição de Utilidade Pública Desportiva (DR 288, de 11/12/93)  
Oficial da Ordem Militar de Cristo  
Medalha de Educação Física e Bons Serviços

## Artigo 20º

### Ranking e Selecção Nacional

1. O ranking da categoria BR50 WBSF será definido com base no melhor agregado de uma das duas provas da Taça de Portugal, entendendo-se como agregado, o conjunto de 3 cartões efectuados num dia.
2. A selecção nacional terá sempre por base o ranking do ano anterior.

## Artigo 21º

### Mestre Atirador de Benchrest WBSF

1. O título honorífico de Mestre Atirador de Benchrest WBSF é conferido aos atletas que na Taça de Portugal, ou em provas Internacionais em que estes participem através da FPT, obtenham 745 pontos no agregado de três cartões.
2. Sempre que um atleta obtenha uma pontuação de 250 pontos num cartão, ser-lhe-á atribuído um pin, de acordo com o estipulado pela Direcção da F.P.T..

## Artigo 22º

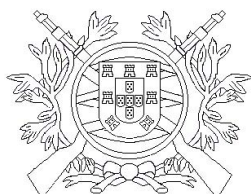
### Dúvidas e omissões

O presente regulamento será complementado, sempre que necessário, pelo regulamento de Rimfire da WBSF - World Benchrest Shooting Federation, na sua versão original.

## Artigo 23º

### Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor, na data da sua publicação na página oficial de internet da FPT.



# Federação Portuguesa de Tiro

Instituição de Utilidade Pública por Decreto de 14/10/1929  
Instituição de Utilidade Pública Desportiva (DR 288, de 11/12/93)  
Oficial da Ordem Militar de Cristo  
Medalha de Educação Física e Bons Serviços

## ANEXO A – Alvos

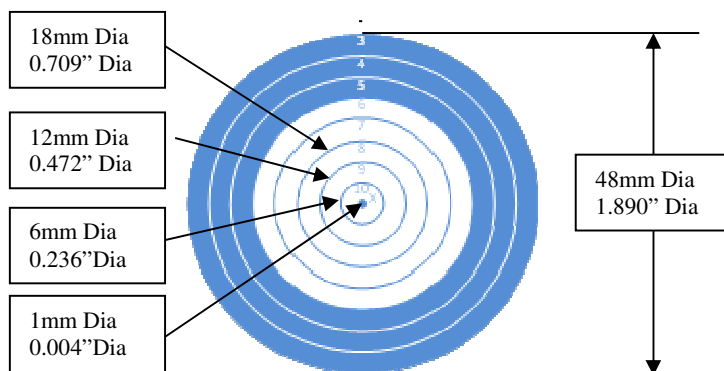
Os Alvos devem ser de cartão branco impresso a azul e a vermelho, com tamanho A3, estipulado pela WBSF com o peso de pelo menos 160 gramas por metro quadrado, tendo três áreas distintas e com as seguintes medidas:

ÁREA 1 – Zona inferior ou lateral esquerda do Alvo – Local de Identificação e Pontuação

ÁREAS 2 e 3 – 10 (dez) alvos (cinco à esquerda e cinco à direita), impressos a vermelho, para ajustes durante o decorrer da prova.

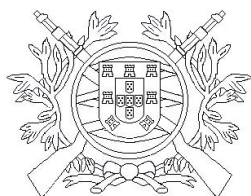
ÁREA 3 – 25 (vinte e cinco) alvos de prova de cor azul. Cada alvo está implantado num quadrado cujo lado mede **52 mm**

Cada um dos 25 alvos é composto por 9 (nove) círculos concêntricos, com o diâmetro total de Ø 48 mm, cujas medidas são indicadas abaixo. Os círculos com a pontuação 3, 4 e 5 são preenchidos a cheio.



Nota: Os algarismos referentes as pontuações de cada círculo apenas constam nos alvos de ensaio do topo esquerdo e inferior direito da folha de alvos.



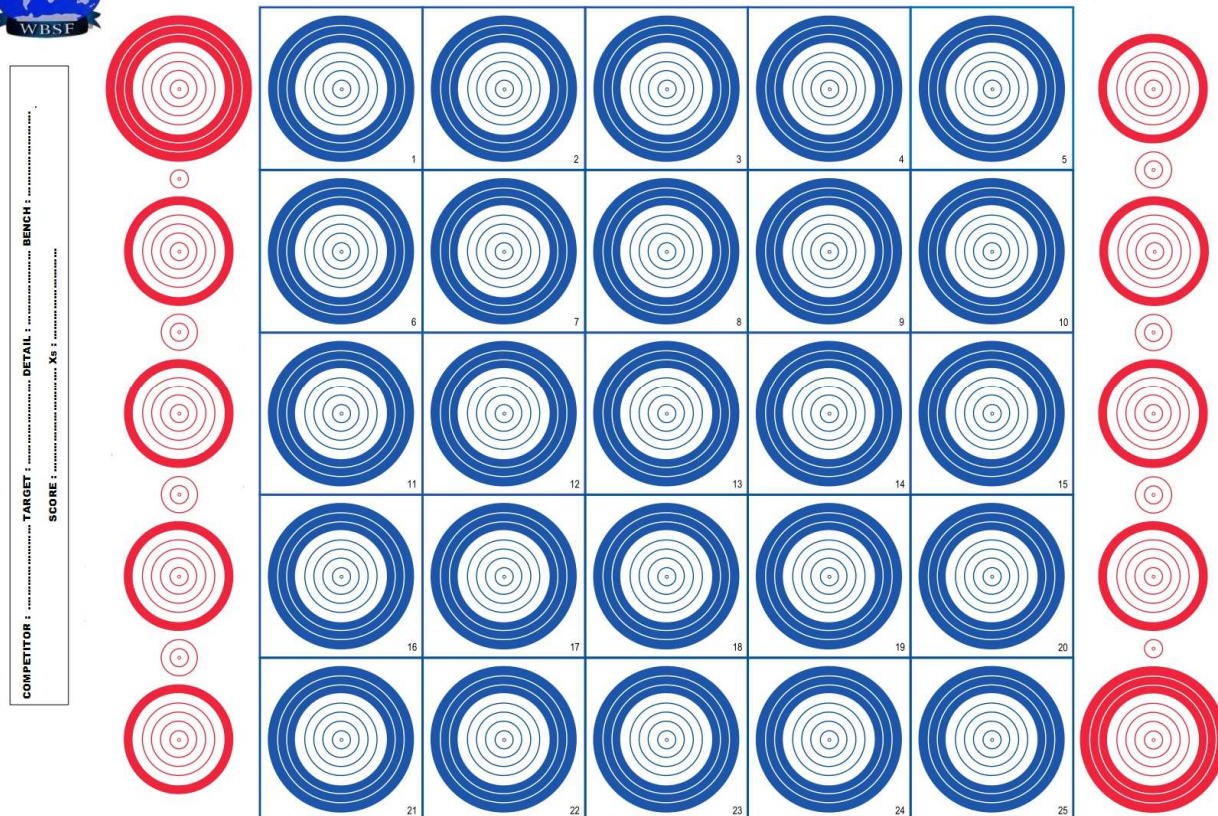


# Federação Portuguesa de Tiro

Instituição de Utilidade Pública por Decreto de 14/10/1929  
Instituição de Utilidade Pública Desportiva (DR 288, de 11/12/93)  
Oficial da Ordem Militar de Cristo  
Medalha de Educação Física e Bons Serviços

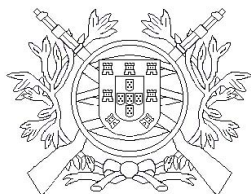


## OFFICIAL WBSF INTERNATIONAL RIMFIRE TARGET



### Abreviaturas a utilizar nos Alvos:

- DQ Desclassificado
- D Desistiu.
- A Avaria.
- NCT Não Cumpriu o Tempo.
- TC Tiro Cruzado

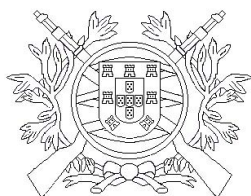


# Federação Portuguesa de Tiro

Instituição de Utilidade Pública por Decreto de 14/10/1929  
Instituição de Utilidade Pública Desportiva (DR 288, de 11/12/93)  
Oficial da Ordem Militar de Cristo  
Medalha de Educação Física e Bons Serviços

## ANEXO B - Inspeções Técnicas

1. Os atletas inscritos devem chegar ao local da prova pelo menos 30 minutos antes de esta se iniciar.
2. Sempre que possível, as inspeções técnicas são levadas a cabo num local próprio, afastado das linhas e tiro, de modo a não incomodar os atletas que possam estar em prova.
3. A inspeção técnica consiste na pesagem das carabinas, verificação das dimensões do fuste e da coronha nas diferentes categorias, e verificação da conformidade dos apoios. Se tudo estiver em conformidade, é colocado um selo.
4. Será utilizado o seguinte equipamento:
  - Uma balança, de preferência electrónica, e calibrada com capacidade de pesagem mínima de 10 kg.
  - Uma craveira, também de preferência digital, para medição do fuste e coronhas.
5. No peso das armas será dada uma tolerância de 15 gramas (quinze) para evitar possíveis erros na calibragem das balanças.
6. Os equipamentos que não forem aprovadas na inspeção técnica, podem voltar a ser reinspeccionados até 15 minutos antes do início da prova.
7. As carabinas que tenham sido trocadas durante o decorrer da prova, nos termos descritos neste regulamento, deverão ser inspeccionadas nos seguintes moldes:
  - a) Se a avaria detectada for da responsabilidade ou provocada pelo atleta, quer por negligência, quer para ganhar algum tipo de vantagem na prova este será desclassificado;
  - b) A carabina que substituiu a avariada tem que ser verificada por inspeção técnica no final da prova. Se não cumprir com as normas o atleta será igualmente desclassificado.
8. Após o termo da prova, o árbitro de Prova pode reinspeccionar qualquer carabina. Caso seja verificada qualquer alteração à inspeção inicial, o atleta será desclassificado.



# Federação Portuguesa de Tiro

Instituição de Utilidade Pública por Decreto de 14/10/1929  
Instituição de Utilidade Pública Desportiva (DR 288, de 11/12/93)  
Oficial da Ordem Militar de Cristo  
Medalha de Educação Física e Bons Serviços

## ANEXO C – Apoios

Apesar de serem preferidos apoios frontais reguláveis com um único “saco de areia”, são também admitidos apoios compostos por múltiplos “sacos de areia” cuja função é apoiar a parte da frente da coronha (fuste), podem ter um sistema de regulação de largura para que se adaptem a diversas larguras de fuste. Porém deverão cumprir com o nº 1 e 2 do Artigo 6º do presente regulamento.

Entre outros fabricantes incluem-se a título de exemplo os seguintes: Caldwell, Seb, Varide Cicognani, Farley, Randolph Eng., Bald Eagle, etc..

